

Diário do Legislativo de 31/12/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 88ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 52ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.3 - 53ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.4 - 54ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.5 - 55ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.6 - 56ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.7 - 57ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.8 - 42ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.9 - 43ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

2 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 88ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/12/2008

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Weliton Prado, Rêmoló Aloise e André Quintão; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 3, com as Emendas nºs 1 e 2; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.547/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 4 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/2007; discurso do Deputado André Quintão; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; requerimento do Deputado André Quintão; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.880/2008; discurso do Deputado Irani Barbosa; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro; deferimento; votação do projeto, salvo emenda e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de quórum; existência de quórum para votação; renovação da votação do projeto, salvo emenda e destaque; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação do art. 4º-A da Lei nº 15.979, de 2006, a que se refere o art. 1º do vencido em 1º turno; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2007; aprovação com a Emenda nº 1; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 46/2008; encerramento da discussão; questão de ordem; leitura das Emendas nºs 1 e 2; requerimento do Deputado Almir Paraca; deferimento; votação nominal do projeto, salvo emenda e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação; votação nominal da Emenda nº 2; discursos dos Deputados Padre João e Ademir Lucas; inexistência de quórum especial para votação de projeto de lei complementar; chamada para recomposição de quórum; inexistência de quórum para votação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 624/2007; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.177/2007; apresentação do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.112/2008; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 356, 983 e 1.499/2007, 2.307, 2.445, 2.719, 2.758, 2.921 e 2.939/2008; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.617/2008; encerramento da discussão - Questões de ordem - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.897/2008; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 637/2007; apresentação das Emendas nºs 7 a 9; encerramento da discussão - Existência de quórum para votação - Votação, em turno único,

do Projeto de Lei nº 624/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.112/2008; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 356/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 983/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.499/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.307/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declaração de voto - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.445/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.719/2008; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.758/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.921/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.939/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.617/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.897/2008; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 637/2007; requerimentos dos Deputados Delvito Alves e Paulo Guedes; deferimento; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação das Emendas nºs 1 a 6; aprovação; declarações de voto - Existência de quórum especial para votação de projeto de lei complementar - Votação nominal da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 46/2008; rejeição - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos, com muita satisfação, a presença, em Plenário, do ex-Deputado Antônio Carlos Andrada, atual Conselheiro do Tribunal de Contas, que ontem foi eleito Vice-Presidente daquela Corte.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - **Vem à Mesa requerimento do Deputado Weliton Prado solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 637/2007 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rêmoló Aloise solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.897/2008 seja apreciado em penúltimo lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 37/2007 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.**

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 2º do Decreto nº 20.597, de 4/6/80. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 3, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.444/2007 na forma do Substitutivo nº 3, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.547/2008, do Governador do Estado, que define diretrizes para a formalização de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com as Emendas nºs 2 a 4, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.547/2008 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/2007, do Deputado André Quintão, que institui a Política Estadual de Juventude no Estado e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 9, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Quanto ao Projeto de Lei nº 37/2007, ele tem sido discutido nas comissões com os movimentos da juventude. Já o discutimos em 2º turno no Plenário desta Casa. Já o discutimos também com o governo, com o Secretário Gustavo Correia. Foram apresentadas várias emendas da Comissão de Participação Popular, inclusive.

Hoje chega ao 2º turno. No entanto, Sr. Presidente, antes de votarmos esse projeto, até para não correremos o risco de que seja vetado, devemos aguardar o aval do Líder de Governo, Deputado Mauri Torres.

Questão de Ordem

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, solicito suspensão desta reunião por 1 minuto para entendimentos. Dessa forma, não precisaremos ficar aqui durante 1 hora discutindo o projeto.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 50 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Vem à mesa requerimento do Deputado André Quintão, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 37/2007. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão em 2º turno do Projeto de Lei nº 2.880/2008, dos Deputados Adalclever Lopes e Gilberto Abramo, que altera a área da Estação Ecológica do Cercadinho, criada pela Lei nº 15.979, de 13/1/2006. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, este é um assunto de grande polêmica nesta Casa e de necessidade extrema para os moradores do Município de Nova Lima e da região do Bairro Belvedere. Há algum tempo - precisamente dois anos -, estamos enfrentando a questão da trincheira do anel, da alça no entorno do BH Shopping. O projeto começou a gerar polêmica quando aumentaram a área da Estação Ecológica do Cercadinho. Não se efetivou a implantação dessa estação. Houve várias polêmicas sobre essa área. Todavia nunca a discussão foi a estação ecológica. Se tivesse sido, teríamos a proteção do manancial e os mesmos protetores da Estação Ecológica do Cercadinho protegendo a Mina Capão Xavier, a cratera que se formou atrás da Serra do Curral, onde temos hoje um lago com 250m de profundidade. O Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais nem sequer tem equipamento para atingir tal profundidade, se necessário for, para resgatar um dos corpos jogados ou um dos veículos desovados naquele lago.

O lago virou um lugar de desova. Deixa-me estarrecido quando a briga se forma em torno de beneficiar, somente. Só conseguiremos desobstruir o trânsito em frente ao BH Shopping. E qualquer dos senhores que freqüentem a zona Sul desta cidade verá que a Av. Nossa Senhora do Carmo, hoje, é intransitável. A Av. Raja Gabaglia, hoje, é intransitável. O próprio anel rodoviário é intransitável. Mas, curiosamente, não só nesta Casa, mas no sistema mineiro, há uma abóbada, um escudo que não é invisível de proteção à MBR, à Anglo Gold, à Construtora Odebrecht e a outras construtoras que fazem empreendimentos naquela região.

Apresentei uma emenda ao Projeto nº 2.880/2008, do Deputado Adalclever Lopes, para que fosse dado o mesmo tratamento que foi dado pela caneta do nosso Governador, quando baixou um decreto que proíbe qualquer tipo de empreendimento 5km à direita e 5km à esquerda do anel rodoviário, que possivelmente será implantado neste Estado se não chover, se não tivermos problemas de roubo de dinheiro, se não tivermos problemas na emenda e se não tivermos falcatruas nas licitações, daqui a 20 ou a 30 anos. Apresentei uma cópia "ipsis litteris" do decreto do Governador na MG-30, que é a estrada que vai de Belo Horizonte a Rio Acima.

Em primeiro lugar, as leis ambientais não são respeitadas naquele ponto. Qualquer pessoa, por mais leiga que seja, se passar em frente ao Vale dos Cristais, verá o topo de morro completamente ocupado, embora exista uma lei estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente, quando ainda era Ministro do Meio Ambiente o Dr. José Carlos Carvalho, que proíbe a ocupação de topo de morro. Mas a Secretaria de Meio Ambiente não enxerga a ocupação de topo de morro nos terrenos da Anglo Gold e da MBR, nem a Comissão de Meio Ambiente desta Casa enxerga a degradação do meio ambiente feita naquela região e a deixada pelas minas, sem plano de fechamento. Pior, apresentam todas as manobras possíveis e impossíveis para proteger a Construtora Odebrecht, a Anglo Gold, a MBR e os seus penduricalhos naquela serra, para que continuem devastando a Serra do Curral, para que continuem prejudicando toda a população da cidade de Nova Lima e da região do Belvedere. Essas empresas têm proteção exclusiva desta Casa, têm protetores nominados que prefiro não nomear. Alguns foram patrocinados por aquelas empresas para que dessem frutos agora, neste momento, quando se apresentasse uma emenda dessa natureza, para que ela fosse bloqueada nesta Casa sob o manto da integridade e da honestidade e daqueles que querem somente o bem para aquela população. Alguém que quer o bem de uma população que hoje não consegue ir e vir não teria aceitado ou acatado a emenda desse Deputado, a qual cria o mesmo parágrafo do decreto do Governador para o novo anel. Poderia ter sido aproveitado na MG-30, mas não. Manobras, acordos não cumpridos e patrocínios de campanha levam, Sr. Presidente, a deixar claro que a alça no entorno do BH Shopping beneficiará única e exclusivamente alguns empreendimentos ligados à MBR, à Anglo Gold, ao BH Shopping e a alguns privilegiados.

Deixo para responder depois o que possivelmente venha à tona neste debate ou após ele. Por isso, Sr. Presidente, solicitei o destaque da votação do § 4º do projeto do Deputado Adalclever Lopes, que hoje beneficia não somente o povo de Nova Lima, mas também, por manobras espúrias, beneficiará as grandes construtoras e as grandes mineradoras que se instalam e exploram as riquezas do meio ambiente daquele lugar, a única reserva de Mata Atlântica na região metropolitana. E isso, Sr. Presidente, protegido por homens honrados, somente por homens honrados. Mas durará pouco, pode ter certeza. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro solicitando a votação destacada do art. 4º-A da Lei nº 15.979, de 2006, a que se refere o art. 1º do vencido em 1º turno. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emenda e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 31 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência torna sem efeito a votação e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 41 Deputados. Portanto, há quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação. Em votação, o projeto, salvo emenda e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Delvito Alves - Sr. Presidente, votei "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 43 Deputados. Não houve voto contrário. Portanto, está ratificada a aprovação do projeto, salvo emenda e destaque. Em votação, o art. 4º-A da Lei nº 15.979, de 2006, a que se refere o art. 1º do vencido em 1º turno. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.880/2008 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2007, da Deputada Cecília Ferramenta, que acrescenta o inciso IV ao art. 5º da Lei Complementar nº 90, de 2006. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, combinado com os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, o meu voto também não foi registrado e é "sim".

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram "sim" 41 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 33/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente o meu voto foi "sim" devido à necessidade e seriedade do projeto. Eu não poderia deixar de registrar neste Plenário algo inédito que só ocorre na política de Minas. Recebemos agora nesta Casa o ex-Deputado José Bonifácio Mourão, nosso Prefeito de Governador Valadares, que também recebe a Deputada Elisa Costa, Prefeita eleita nessa cidade com um abraço fraternal. Essa é a política que Minas Gerais precisa. Obrigado, Sr. Presidente.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 46/2008, do Tribunal de Contas, que altera a redação do "caput" do art. 31 da Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. A Comissão de

Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, até para ganharmos tempo, solicito a V. Exa. que proceda à leitura das Emendas nºs 1 e 2.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que faça a leitura das Emendas nºs 1 e 2.

O Sr. Secretário (Deputado Getúlio Neiva) - (- Lê as Emendas nºs 1 e 2, que foram publicadas na edição do dia 18/12/2008.)

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, combinado com os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. Vem à Mesa requerimento do Deputado Almir Paraca solicitando a votação destacada da Emenda nº 2. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emenda e destaque.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 45 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda e destaque. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Votação da Emenda nº 2. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, embora tenha sido lida a Emenda nº 2, quero destacar o seu conteúdo e o transtorno que poderá causar ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, caso seja aprovada. Ela concede o mesmo tempo de férias do Conselheiro para o Auditor, que é um servidor público concursado. Esse é um tratamento desigual em relação aos outros servidores. Como dar ao Auditor essa concessão, distinguindo-o dos demais servidores não só do Tribunal de Contas, mas de qualquer outra repartição pública, como o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, etc.? Isso cria um problema e pode trazer um transtorno até mesmo nas relações do Tribunal. Quem já goza de férias diferenciadas por lei é o Conselheiro, o próprio Judiciário e o Legislativo.

Encaminhamos contra a Emenda nº 2, uma vez que, ao permitir a criação de um problema no próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, seremos co-responsáveis. Não é justo permitir essa desigualdade em relação aos outros servidores, mesmo, Deputado Ademir Lucas, que esse Auditor ocupe o cargo de Conselheiro temporariamente. Não é justo que o Auditor que substitui o Conselheiro durante uma semana possa desfrutar o mesmo tempo de férias do Conselheiro. Não se trata apenas do uso do dinheiro público, mas do tratamento desigual em relação aos demais servidores concursados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dos demais órgãos, como o Ministério Público.

Encerro as minhas palavras, pedindo aos nobres colegas Deputados que votem "não" à Emenda nº 2. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ademir Lucas.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria despidendo, desnecessário, que eu encaminhasse contrariamente, uma vez que o próprio Deputado Padre João, que encaminhou contra a emenda, já deu os argumentos necessários para a sua aprovação. Não é um servidor comum, Sr. Presidente, a quem se suspenderia esse direito de ter o mesmo período de férias, mas o Conselheiro, que já tem várias equiparações com o Juiz togado da Magistratura nacional. O fato não é extensivo aos demais funcionários, não cria cisão no Tribunal, não é verdadeiro isso. Vou citar dois casos ocorridos no próprio Tribunal de Contas de Minas Gerais.

O Conselheiro meu amigo Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, há quase três anos, está licenciado para tratamento de saúde porque foi acometido de grave enfermidade. Há três anos tem um Auditor respondendo pelo Conselheiro. Na hora do gozo das férias e tão-somente para férias, todo o Pleno sai, e ele fica trabalhando, apesar de exercer funções de Conselheiro. Isso não é correto. Isso não é justo com aquele trabalhador, e é o PT que está contra.

Há também outro caso: recentemente, a Conselheira Adriene Andrade também se licenciou por motivo de saúde, e o Auditor respondeu como Conselheiro. Cumpre os mesmos deveres e obrigações, e o PT quer tirar-lhe esse direito de ter as mesmas férias? Isso não é justo. O Auditor está lá por concurso público, não entrou pela porta dos fundos; o cargo não é político, não é de confiança; ele é um trabalhador. Um Auditor ficará muito tempo no lugar do respeitado amigo Flávio Régis, que não tem condições de retornar por motivo de saúde. Fica o Auditor respondendo como Conselheiro, mas, na hora das férias, o Conselheiro sai e o Auditor continua trabalhando. A lei, para ser lei, tem que ser justa, e essa injustiça não cometo com esses trabalhadores.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum especial para votação de projeto de lei complementar e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que faça a chamada para recomposição de quórum.

O Secretário (Deputado Célio Moreira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência vai passar à discussão das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 624/2007, do Deputado Weliton Prado, que institui a Semana de Doação de Sangue no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.177/2007, do Deputado Domingos Sávio, que institui o Dia da Liberdade em Minas Gerais a ser comemorado, anualmente, em 12 de novembro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.177/2007

Institui o Dia da Liberdade em Minas Gerais, a ser comemorado, anualmente, em 12 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia da Liberdade no Estado de Minas Gerais, a ser celebrado, anualmente, no dia 12 de novembro.

Art. 2º - O Poder Executivo promoverá, na data, eventos alusivos ao tema, compreendendo encontros e manifestações públicas, palestras, debates e outras atividades.

Parágrafo único - Os eventos de que trata o "caput" terão como referência Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, e serão desenvolvidos na região onde nasceu e viveu o Mártir da Inconfidência, em especial no Município de São João del-Rei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2008.

Domingos Sávio

Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.177/2007

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - O Poder Executivo promoverá, na data, eventos alusivos ao tema, compreendendo encontros e manifestações públicas, palestras, debates e outras atividades, em especial nos Municípios de São João del-Rei, Tiradentes e Ritápolis."

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2008.

Domingos Sávio

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto um substitutivo e uma emenda do Deputado Domingos Sávio, que receberam o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o substitutivo e a emenda com o projeto à Comissão de Cultura, para parecer.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.112/2008, do Deputado Hely Tarquínio, que institui o Dia Estadual do Pesquisador Científico. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 356/2007, do Deputado Durval Ângelo, que altera o art. 1º da Lei nº 14.609, de 23/1/2003. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 983/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o fornecimento e o uso obrigatório de colete à prova de balas como equipamento de proteção individual para os agentes que especifica. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.499/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado o Caminho da Fé e dá outras providências. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.307/2008, dos Deputados Domingos Sávio, Antônio Carlos Arantes e José Henrique, que altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 14.309, de 19/6/2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.445/2008, do Deputado Domingos Sávio, que dispõe sobre a atividade de despachante documentalista e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1,

que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.719/2008, do Deputado Durval Ângelo, que declara patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais o processo artesanal de fabricação do doce pé-de-moleque, produzido no Município de Piranguinho. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.758/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que disciplina a inclusão dos dados referenciais e cadastrais das empresas operadoras de internet nos meios que menciona e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.921/2008, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg – e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.939/2008, do Governador do Estado, que institui a Gratificação Complementar de Produtividade – GCP – na carreira da Advocacia Pública do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.617/2008, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor. Em discussão, o projeto. Não há oradores. Encerra-se a discussão.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, não temos quórum para votação de matéria qualificada, mas o temos para votação dos projetos cuja discussão V. Exa. acabou de encerrar, ou seja, os projetos de lei que exigem maioria simples para votação. Peço a V. Exa. que verifique se é possível que retornemos à fase de votação, para que os projetos de lei ordinária sejam submetidos a votação.

O Deputado Getúlio Neiva - Ainda há projetos de lei para discussão.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que persiste a falta de quórum para votação, mas que há número regimental para discussão das matérias constantes na pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.897/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$78.931.321,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêem à Mesa:

EMENDA Nº 7

Acrescente-se ao art. 7º o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único - A relação dos Municípios beneficiados pelo critério de distribuição dos ICMS Solidário, a partir do ano subsequente ao da entrada em vigor desta lei, será mantida por cinco anos, admitida apenas o acréscimo de novos Municípios que se enquadrem nas hipóteses estabelecidas no inciso II deste artigo."

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2008.

Weliton Prado

Justificação: Esta emenda tem por objetivo reparar uma situação que a criação de um critério de ICMS Solidário pode causar, qual seja a punição ao Município que se desenvolve economicamente.

Ao criar uma linha, um corte (média estadual mais 40% do ICMS "per capita" – atenuada por uma outra linha de média inferior a seis vezes a média do Estado), para o Município que fica "habilitado" ou não a receber o ICMS Solidário, fica determinado que quando o Município se desenvolve, ele perde os recursos adicionais que vem recebendo do ICMS Solidário.

Ou seja, quando o Município que recebe mais recursos, que tem seus repasses ampliados e os investe no desenvolvimento municipal, passando, por exemplo, a ter uma maior produção agrícola ou aumentando a arrecadação de ICMS no seu território, ou ainda quando melhora a preservação do meio ambiente, ele poderia perder o ICMS Solidário, numa espécie de punição ao Município que se desenvolve.

Isso não pode ser admitido por significar um contra-senso na iniciativa da proposição de rever a legislação de partilha do ICMS municipal, beneficiando Municípios com menor arrecadação "per capita" do ICMS.

Por essa razão, propomos a transição inicial de cinco anos, em que a relação de Municípios beneficiados não possa ser alterada para excluir cidades que se desenvolvam e deixem de atender aos critérios estabelecidos. Nesse período, apenas novos Municípios poderiam ser acrescidos à relação do ICMS Solidário. Ao final dos cinco anos, seria, então, retomada a seleção pelo critério.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

EMENDA Nº 8

Acrescente-se onde melhor convier, o seguinte artigo:

"Art. ... – Sem prejuízo de eventuais alterações necessárias, esta lei deverá ser revista no prazo máximo de cinco anos a contar da sua vigência."

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2008.

Weliton Prado

Justificação: Esta emenda tem por objetivo estabelecer uma data limite para revisão geral da lei estadual que estabelece a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios.

A Lei nº 13.803, de 2000, também previa mecanismos de transição ano a ano, com alteração de percentuais dos critérios de distribuição. As modificações propostas no Substitutivo nº 2, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, promoverá grande revisão da atual distribuição.

Diante dessa grande revisão, nada mais natural que, após o período de cinco anos, seja feita uma avaliação dos resultados dessa modificação, debatida e proposta no âmbito do Parlamento mineiro.

Por essa razão, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

EMENDA Nº 9

O Anexo I passa a vigorar com a seguinte alteração na distribuição dos percentuais:

"O Critério de Distribuição População passa para o percentual de 5,00%, enquanto o critério Cota Mínima passa para o percentual de 5,00% e o critério ICMS Solidário passa para o percentual de 2,74%, ou inferior, em razão de outras alterações decorrentes de emendas.

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de)

Critérios de Distribuição	Percentual
.....	
População (art. 1º, III)	5,00
Cota mínima (art. 1º, XI)	5,00
ICMS solidário (art. 1º, XIV)	2,74
Total	100,00"

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2008.

Weliton Prado

Justificação: Esta emenda tem por objetivo trazer de volta ao projeto, sugestão elaborada e aprovada pela Comissão de Assuntos Municipais quando do exame do referido projeto.

A proposta é ampliar de 2,71% contido na Lei nº 13.803, de 2000, para 5% o índice correspondente ao critério de distribuição População, que significa assegurar os recursos aos Municípios em distribuição proporcional ao seu número de habitantes, conforme definido pelo IBGE.

Tal critério é o utilizado para repartição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, razão pela qual conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do Deputado Delvito Alves, que recebeu o nº 7, e duas do Deputado Paulo Guedes, que receberam os nºs 8 e 9, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, as emendas serão submetidas a votação independentemente de parecer. A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum para votação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 624/2007, do Deputado Weliton Prado, que institui a Semana de Doação de Sangue no âmbito do Estado de Minas Gerais. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 624/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.112/2008, do Deputado Hely Tarquínio, que institui o Dia Estadual do Pesquisador Científico. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 356/2007, do Deputado Durval Ângelo, que altera o art. 1º da Lei nº 14.609, de 23/1/2003. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 356/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 983/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o fornecimento e o uso obrigatório de colete à prova de balas como equipamento de proteção individual para agentes que especifica. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 983/2007 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.499/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado o Caminho da Fé e dá outras providências. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.499/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.307/2008, dos Deputados Domingos Sávio, Antônio Carlos Arantes e José Henrique, que altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 14.309, de 19/6/2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.307/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Neider Moreira - Sr. Presidente, a votação do projeto provoca uma reflexão sobre o Poder Legislativo, especialmente no que se refere ao meio ambiente. É importante reconhecermos a importância que o Poder Legislativo passa a ter, trazendo para esta Casa discussões relevantes que dizem respeito à questão ambiental, que está em moda no momento e é muito importante para a sustentabilidade da sociedade. É importante que o Poder Legislativo exerça seu papel. Nos últimos anos, resoluções feitas a quatro paredes em Brasília têm tido força de lei, daí a importância do projeto que acabamos de aprovar, fazendo com que o Poder Legislativo passe a exercer seu papel. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.445/2008, do Deputado Domingos Sávio, que dispõe sobre a atividade de despachante documentalista e dá outras providências. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.445/2008 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.719/2008, do Deputado Durval Ângelo, que declara patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais o processo artesanal de fabricação do doce pé-de-moleque produzido no Município de Piranguinho. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.758/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que disciplina a inclusão dos dados referenciais e cadastrais das empresas operadoras de internet nos meios que menciona e dá outras providências. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.758/2008 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.921/2008, do Governador do Estado, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais - Fahmemg - e dá outras providências. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.921/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.939/2008, do Governador do Estado, que institui a Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - na carreira da Advocacia Pública do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.939/2008 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.617/2008, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado de Minas Gerais. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.617/2008 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.897/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$78.931.321,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.897/2008 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Vem à Mesa requerimento do Deputado Delvito Alves, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 7. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Guedes, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 8 e 9. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 6. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 637/2007 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 6. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente cabe-me agradecer aos Deputados Paulo Guedes e Delvito Alves a

retirada das emendas, que prejudicariam todo o acordo costurado em torno do projeto de lei do Deputado Dinis Pinheiro, o qual cria o ICMS Solidário no Estado de Minas Gerais. Quero congratular-me com os Prefeitos dos 734 Municípios que serão beneficiados por essa medida, embora sua vigência tenha sido negociada apenas para 2011. Trata-se, Sr. Presidente, de um avanço que a Assembléia Legislativa conquista e que amplia a possibilidade de os Municípios mais pobres terem suporte para melhorar o desenvolvimento e a qualidade de vida. Quero agradecer, mais uma vez, aos Deputados do Triângulo Mineiro, como Fahim Sawan, que bravamente lutou contra a aprovação desse projeto, bem como ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, que também de forma vigorosa lutou pela redução do impacto no Triângulo. Aos Deputados Zé Maia e Weliton Prado, agradeço a compreensão na costura desse acordo. Não sou autor do projeto. O autor, que merece todas as homenagens, é o Deputado Dinis Pinheiro, que, corajosamente, ao longo de tantos anos, lutou pelo estabelecimento de um critério que busca redução das desigualdades regionais e sociais. Agradeço, Sr. Presidente, ao meu partido, o PMDB, que foi solidário com nossa luta, no ano passado e neste ano, para que não ultrapassássemos a barreira do exercício de 2008 sem aprovação desse benefício para os Municípios mais pobres. Concorde com o Deputado Weliton Prado e com todos os Deputados que se manifestaram, dizendo que se trata de uma pequena importância, de um valor muito reduzido. Mas há os que criticaram o projeto, porque abrimos mão de um volume maior de recursos. Faço com eles um pacto: a partir de fevereiro de 2009, elaboraremos novos projetos que possam buscar de fato a redução das desigualdades regionais do nosso Estado. Faremos uma tentativa junto ao Governador do Estado, para que este abra mão de parcela de ICMS para criar um critério diferenciado que seja inversamente proporcional à riqueza, para fazer com que todos os Municípios mineiros tenham condição de lutar contra a fome e a miséria. O Norte e o Nordeste de Minas, as regiões mais deprimidas do nosso Estado, não encontrarão outra fórmula, senão um tratamento tributário diferenciado, senão uma redistribuição dos recursos do Estado. Seguindo exemplo do governo federal, que concedeu mais 1% do Fundo de Participação dos Municípios, entendo, Sr. Presidente, que teremos, no próximo ano, dificuldades para convencer o nosso Governador a apresentar projeto semelhante, para colocar em prática sua pregação de que há necessidade de um novo pacto federativo. Ainda na Lei Robin Hood, há critérios que precisam ser revistos para se destinarem recursos aos Municípios mais pobres. Para essa luta todos são concludados, convidados, convocados, a fim de fazermos história, além da que fizemos no exercício de 2008, com o projeto de lei do Deputado Dinis Pinheiro, que merece meu cumprimento. Ao Deputado Dinis Pinheiro a minha homenagem. Brinqueei, outro dia, Sr. Presidente, que ele invadiu a minha região e tomou todos os Municípios, mas não tem problema. Esse projeto do Deputado Dinis Pinheiro é um início muito importante de uma trajetória diferenciada no comportamento do Legislativo, na busca da proteção dos Municípios mais pobres. Os Prefeitos dos 734 Municípios que ganharão um pouquinho a partir de 2011 podem ter a certeza de que temos aqui companheiros leais na luta e na defesa dos interesses maiores da população mais carente. Sr. Presidente, muito obrigado pelo apoio que V. Exa. deu ao grupo parlamentar criado em dezembro de 2007, para que - com o Deputado Fábio Avelar e tantos companheiros, com a Deputada Ana Maria Resende na Presidência da frente parlamentar - pudéssemos trabalhar. Obrigado, Deputada Elisa Costa, que, na Comissão de Fiscalização Financeira, com o Deputado Antônio Júlio, estabeleceu uma trincheira de defesa desse projeto, que não resolve somente os problemas do nosso Município, mas também os de todos os 734 Municípios da nossa região. Obrigado, companheiros; obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à Mesa, que cumpriu, finalmente, sua palavra de fazer votar esse projeto. Muito obrigado. Que Deus nos ilumine nessa reta final do ano de 2008 e propicie um 2009 muito mais feliz para todos os mineiros.

O Deputado Weliton Prado - Cumprimento a todas e a todos. Como Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, tive a grata satisfação de ter um contato muito próximo com um grande número de Prefeituras e assim conhecer de perto sua realidade. Dessa forma, votei contra esse projeto por convicção: ele distribui misérias, coloca uma Prefeitura brigando contra outra e não resolve o problema. O cerne da questão está na revisão do pacto federativo e nos recursos do poder público municipal, porque as Prefeituras gastam muito dinheiro com atribuições que são do Estado. Como disse aqui várias e várias vezes, gastam muitos recursos para manterem a Polícia Militar: despesas com gasolina, reforma de viaturas, aluguel de prédios e cessão de funcionários da área da saúde e da educação. Dados oficiais mostram que os pequenos Municípios, os Municípios mais pobres gastam cerca de 10% de tudo o que arrecadam, de toda a sua receita com atribuições do Estado e da União. É muito dinheiro. Esse dinheiro não tem mão dupla, mas única. O exemplo claro é o ICMS, imposto tipicamente municipal, que é arrecadado no Município, mas 75% do bolo, o bolo praticamente inteiro fica só para o Estado. Ah, uma migalha, uma fatia muito pequena do bolo é distribuída não para 1, para 3 ou para 10 Municípios, mas para 853 Municípios. Vejam o tamanho da injustiça: 853 Municípios ficam com uma fatia muito pequena do Orçamento, e o Estado sozinho fica com 75%. O ICMS é concentrado nas mãos do Estado. Sabem qual é a previsão de arrecadação de ICMS - a maior arrecadação do Estado - para 2009? É de R\$23.000.000.000,00, mais que o Orçamento do Estado de 2003, que foi de R\$17.000.000.000,00. Por isso votei contra o projeto. Defendo a criação de um fundo, no qual seja depositada uma pequena parcela de 0,5% dos 75% que ficam com o Estado. Isso seria suficiente para garantir os recursos para as regiões mais pobres do Estado, onde o IDH é mais baixo. Poderíamos priorizar a região do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Mucuri e de Ribeirão das Neves, sem que um Município tenha de brigar com o outro, para que seja distribuída pobreza e miséria. É da nossa responsabilidade e da minha, como Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, garantir a unidade do conjunto dos Municípios mineiros. Não podemos colocar um Município para brigar com o outro. Por isso, posicionei-me contrário ao projeto e apresentei a proposta para a criação de um fundo de compensação, um fundo para destinar uma parcela dos recursos do Estado para as regiões mais pobres. Infelizmente, a nossa emenda não foi aprovada, mas não vamos parar por aqui, pois continuaremos lutando em defesa dos Municípios mineiros.

Registro aqui uma grande contradição por parte do Governador, que esteve em Uberlândia e divulgou para toda a imprensa que o projeto não seria aprovado. Mas o projeto foi aprovado, apesar de nos posicionarmos contrariamente. O próprio Governador, naquele momento, dizia ser contrário ao projeto. Sabendo-se que ele tem maioria nesta Casa e que nada é aprovado sem um entendimento com o governo, como o projeto foi aprovado? É lógico que houve um posicionamento do governo, que dizia estar contrário ao projeto. Ao passar o período eleitoral, com certeza o Governador mudou de idéia. Deixamos aqui a nossa indagação.

Temos de avançar no ano que vem. O Deputado Federal Elismar Prado já apresentou uma emenda ao projeto da reforma tributária, que garante um repasse maior aos Municípios, pois há o posicionamento constitucional de que 75% da arrecadação vai para o Estado e 25%, para os Municípios. O Deputado Federal Elismar Prado propõe o aumento desse percentual. Torcemos para que haja a possibilidade de uma mudança no Congresso Nacional. No âmbito estadual, isso dependerá da boa vontade do governo, que é quem tem a iniciativa. Posicionei-me contrariamente ao projeto em defesa daqueles que mais precisam, ou seja, em defesa do conjunto dos Municípios mineiros, pois não podemos colocar um Município para brigar com o outro.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, esclareço que a nossa região ganhará algo com a aprovação do projeto do ICMS Solidário. De certa forma, estamos felizes, mas gostaríamos de registrar que esse ganho será quase insignificante. Portanto, a partir do ano que vem, continuaremos nessa luta, para que as riquezas de Minas sejam divididas e para que seja observada a população do nosso Estado, pois não há mineiro melhor do que o outro. Não podemos continuar a admitir que apenas uma ou duas cidades fiquem com quase tudo que o Estado produz, deixando-se bolsões de pobreza em uma área gigantesca do nosso Estado, correspondente a quase 50% da sua extensão territorial. Refiro-me ao Norte de Minas, ao Vale do Jequitinhonha, ao Vale do Mucuri e ao Noroeste. Essas quatro regiões juntas continuarão recebendo pouco mais da metade do que recebe somente a cidade de Betim, aqui na região metropolitana, no que se refere ao repasse do ICMS arrecadado no Estado. Faço um apelo aos colegas Deputados e a toda a comunidade norte-mineira, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, para darmos continuidade à nossa mobilização. Há séculos a nossa região vem sendo deixada em segundo plano, apesar de merecer um olhar diferenciado por parte do governo, até porque Minas Gerais iniciou-se no Norte de Minas. Este Estado tem uma dívida histórica, cultural e econômica para com a nossa região, pois tudo que chega a Minas Gerais ou vai para o Triângulo Mineiro, ou fica na região metropolitana, ou vai para o Vale do Aço. Enfim, fica tudo na região metropolitana ou na região mineradora, o que faz com que essas coisas aconteçam no Estado. O problema é que a situação da nossa região é de extrema pobreza, do ponto de vista dos investimentos governamentais. E não estou falando apenas do atual governo, mas de uma dívida histórica de mais de 300 anos com a nossa região. Vamos continuar a nossa luta, o nosso movimento. O Norte de Minas está organizando-se. Na cidade de Matias Cardoso, criamos o Dia do Geraes, 8 de dezembro, organizado pelo Movimento Catrumano, que reúne professores, universitários, Vereadores, Prefeitos, lideranças políticas, sindicais e toda a sociedade norte-mineira. Com certeza, vamos continuar essa luta para que a nossa região seja respeitada dentro do Estado, para que a nossa história seja revista, para que as diferenças que hoje existem em Minas Gerais sejam diminuídas e para que a distribuição das riquezas do Estado seja feita de forma mais igualitária, observando-se a população do Estado, a extensão territorial e a dificuldade de governar.

As cidades do Norte de Minas sobrevivem praticamente com repasse do FPM. Esse, sim, é justo. O FPM no Brasil é dividido de acordo com a população de cada Município. O critério é o povo. E o critério do ICMS em Minas Gerais é escandaloso, desumano, desonesto e inaceitável.

Portanto, a nossa luta continuará para que o ICMS de Minas, fruto do trabalho de todos os mineiros, seja redistribuído de acordo com a sua população, a fim de que as regiões mais pobres de Minas não continuem sendo prejudicadas, deixadas em segundo plano, como vem acontecendo nos últimos anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero cumprimentar Minas Gerais e saudar todas as cidades, especialmente a nossa Governador Valadares. Desejo registrar o meu voto favorável ao projeto, apesar de ressaltar a nossa insatisfação com os resultados da aprovação do ICMS Solidário. Falo isso porque tivemos oportunidade de participar, nos últimos anos, especialmente em 2007, das caravanas que as Comissões desta Casa realizaram nas diversas regiões do interior de Minas Gerais. Mobilizamos Prefeitos, Câmaras de Vereadores, comunidades e entidades sociais para discutir a importância de haver melhor redistribuição dos tributos e do ICMS em Minas Gerais. Sabemos que os valores eram pequenos, mas poderiam contribuir muito na questão das desigualdades das regiões mais empobrecidas do nosso Estado. Participamos de audiências públicas no Mucuri, no Jequitinhonha, no Vale do Rio Doce. Outras aconteceram no Norte do Estado. Minas Gerais foi voz, fez-se presente na maioria dessas audiências públicas, de onde saíram propostas que foram incorporadas ao substitutivo. Mas, ao longo deste ano, parte importante desse debate foi muito pouco aproveitada nesta Casa Legislativa. Cito o exemplo de Governador Valadares, Deputado Padre João, que receberia anualmente perto de R\$2.000.000,00. A partir daí, houve um decréscimo para R\$1.600.000,00, e hoje já é muito menos que R\$800.000,00 o repasse anual dessa redistribuição de ICMS em Minas Gerais. Registramos a nossa insatisfação com o procedimento, pois esse valor só será possível em 2011, quando as atuais gestões estiverem no terceiro ano de seu mandato. Registramos, ainda, a nossa preocupação, porque esse recurso deveria ser iniciado a partir de 2009. Há prazo para melhorarmos ou até mesmo piorarmos esse projeto nesta Casa Legislativa a partir do próximo ano. Realmente é importante haver em Minas Gerais um projeto de desenvolvimento que, de fato, integre as regiões mais empobrecidas e se preocupe com recursos e políticas públicas, com a verdadeira gestão das políticas públicas nas áreas, principalmente nos Municípios, que hoje têm o menor IDH de Minas Gerais. Hoje, em regiões inteiras, Municípios cujo IDH é baixo precisam de cuidados, principalmente de política pública e de recursos estaduais e federais. Minas Gerais precisa ter um projeto que promova o desenvolvimento sustentável das diversas regiões - não podemos esperar apenas pelos recursos federais do Presidente Lula -; fazer um estudo; debruçar-se sobre essa realidade e garantir novos investimentos que superem as desigualdades, erradiquem a pobreza e dêem oportunidades de inclusão social e de cidadania para essas regiões. O Vale do Rio Doce é uma região que precisa do olhar do Estado de Minas Gerais e de cuidados no Plano Plurianual. Em várias rubricas dos programas estruturadores, houve redistribuição, mas percebemos que, em grande parte deles, o Vale do Rio Doce não estava incluído, aliás, em emendas ditas janelas para deixar que os recursos possam ser aplicados. Registramos a nossa preocupação com o Vale do Rio Doce, com Governador Valadares, especialmente quanto à redistribuição de ICMS. Acho que esta Assembléia tem um trabalho, uma tarefa no próximo ano, que é adiantar não só para 2011, mas também para 2009, mais recursos para todos os Municípios das regiões que precisam, incluindo Governador Valadares e todo o Vale do Rio Doce. Muito obrigada.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, votamos "sim" ao projeto porque acreditamos que ele sinaliza a necessidade de, cada vez mais, procurarmos encontrar uma distribuição mais acertada para esses Municípios que vêm enfrentando grandes dificuldades. Como já foi dito aqui por muitos, os recursos destinados não são vultosos nem representam a solução definitiva para essas cidades que estão tendo algum ganho com o ICMS Solidário. Mas acredito que é uma sinalização dessa necessidade. A aprovação desse projeto significa um avanço, um ganho, apesar de pouco; foi pelo menos o marco do início dessa discussão nesta Casa. Como todos sabemos, é um projeto polêmico, que interfere diretamente nos interesses das cidades, mas acho que esta Casa demonstrou, de maneira clara, a sua intenção de tratar desse assunto sem nenhum receio, com transparência, procurando ouvir todas as pessoas, todas as lideranças. Nunca é demais ressaltar o apoio que a Mesa da Assembléia deu para o debate desse projeto. Gostaria de agradecer, de público, ao Presidente Alberto Pinto Coelho e à Mesa Diretora, que emprestaram todo o apoio para possibilitar os encontros regionais realizados. Estou vendo aqui os Deputados Gustavo Valadares, André Quintão, Ademir Lucas e João Leite, que participaram ativamente dessa discussão. Se não foi o melhor, foi aquilo que representou a boa vontade e a sensibilidade dos nossos colegas de pelo menos tentar uma negociação, o que foi feito. Ao criar a comissão especial, o Deputado Alberto Pinto Coelho deixou clara a sua intenção de que buscássemos, por meio de ampla negociação, uma maneira que deixasse pelo menos uma possibilidade de atender a todos os segmentos que tratavam desse assunto. Queremos também ressaltar a importância da participação do Deputado Getúlio Neiva, um guerreiro, uma pessoa que mostrou a sua competência e sua capacidade de articulação. Quero cumprimentar a Deputada Ana Maria Resende, que foi a idealizadora e a coordenadora da nossa Frente Parlamentar em Defesa do ICMS Solidário. Enfim, quero cumprimentar a todos os Deputados que entenderam que, se não é a melhor solução, é a que poderia servir de alento aos nossos Municípios tão sofridos. Concluindo, não poderia deixar de agradecer a todos os Deputados a aprovação da nossa emenda, uma emenda que cria a janela, que cria a figura do ICM do turismo no Orçamento do Estado, no ICMS Solidário. A exemplo do que foi concedido, por intermédio do ICM ecológico, da cultura e outros, constatamos que a Prefeitura tem buscado, com esses programas de incentivo, uma atenção especial a essas áreas. E com o turismo não é diferente. Quando apresentamos esta emenda, recebemos mais de 200 mensagens de Prefeitos, falando da sua importância e solicitando o apoio de todos nós para a aprovação da emenda. Embora o valor não seja alto, ele é emblemático e dá uma oportunidade à cidade de investir no turismo. E todos nós sabemos que o turismo de Minas Gerais tem um potencial muito grande. Então, esse nosso projeto que foi aprovado por todos vocês significa que, a partir de agora, dentro do ICMS Solidário e dentro do Orçamento do Estado, as cidades que investirem no turismo terão um incentivo. Quero registrar esse fato, que foi uma demanda antiga da Federação dos Circuitos do Estado de Minas Gerais. Queria também fazer agradecer ao seu Presidente Henrique, que nos deu todo o subsídio técnico para a idealização dessa emenda. Quero também cumprimentar e agradecer à equipe da Secretaria de Turismo, que nos emprestou todo o apoio necessário. Foi um avanço e, se Deus quiser, será também um marco ainda maior no desenvolvimento do turismo do nosso Estado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum especial para a votação de projeto de lei complementar. Votação da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 46/2008. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c com os arts. 201 e 263, I, do Regimento Interno. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada das Deputadas e dos Deputados para a votação nominal.

O Sr. Secretário (Deputado Vanderlei Jangrossi) - (- Faz a chamada.)

- Respondem "sim" os Deputados e a Deputada:

Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Arlen Santiago - Carlos Mosconi - Deiró Marra - Delvito Alves - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Maria Lúcia Mendonça - Paulo Cesar - Vanderlei Miranda.

- Respondem "não" os Deputados e as Deputadas:

Mauri Torres - Luiz Humberto Carneiro - Gilberto Abramo - Almir Paraca - Jayro Lessa - Sebastião Helvécio - Doutor Viana - José Henrique - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Getúlio Neiva - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Juarez Távora - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 17 Deputados. Votaram "não" 32 Deputados. Está rejeitada a Emenda nº 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 46/2008. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 46/2008 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 4/8/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispõe sobre a convocação de policial militar designado para serviço de escolta, em conformidade com a Lei nº 14.323/2002; 2ª) dispõe sobre a assistência complementar disciplinada na Deliberação da Mesa nº 1.864/2000. Dando prosseguimento, a Mesa, através da Deliberação nº 2.424, altera a Deliberação nº 2.290/2002, que dispõe sobre a contratação de serviços que especifica. Logo após, por meio da Deliberação nº 2.425, a Mesa altera a Deliberação nº 1.739/99, que dispõe sobre adoção de medidas necessárias a garantir a segurança de Deputado ameaçado. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Expresso Biagini Transportes Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de locação de transporte rodoviário, com serviço de motorista, em ônibus, a ser utilizado em viagens e traslados a serviço da Casa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e demais localidades no território nacional, incluindo seguro total – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 028/2008, - Pregão Eletrônico nº 024/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços contínuos de condutores de veículos automotores – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 105/2007 – Pregão Presencial nº 83/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Betinense de Amparo ao Cidadão em Situação de Risco – ABACIR – tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Conselho de Arte de Sabará, tendo como objeto a doação de dois microcomputadores, inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação São José Operário de Sete Lagoas, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Instituto Paroquial de Assistência Social – IPAS – tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 11 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 11 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 11/8/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.426/2008, altera os Anexos I e VII da Deliberação nº 2.360/2005, que trata de apuração de resultado setorial. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Região do Ponta do Município de Martinho Campos, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mucuri, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Agência para Desenvolvimento Econômico-Social Abaeté e Região – ADESAB – tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Lagoa Santa, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual Professor José Miranda, do município de Salinas, tendo como objeto a afetação patrimonial de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Moradores de Mucuri, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a APAE de Jequeri, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemar Norte Leste S/A, tendo como objeto a prestação de serviços de comunicação de dados – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas e Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e Paula Andréa Amaral Costa – EPP, tendo como objeto o fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrafas, com empréstimo de vasilhames e bebedouros elétricos – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 052/2008, Pregão Eletrônico nº 046/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Control Elevadores Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em plataforma para portadores de necessidades especiais, da marca Vimec, instalada no Palácio da Inconfidência – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do

Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 18 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 18 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 18/8/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de componentes em aparelho no-break – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Tiago Ulisses – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Oversee Tecnologia e Sistemas Ltda. ME, tendo como objeto a prestação de serviço de codificação de sinal da TV Assembléia e provimento de "streaming media" - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Casa de Apoio Danielle, do Município de Uberaba, tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Superview Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da contratante, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação – parecer favorável ao reajuste dos valores relativos ao vale-refeição e plano de saúde, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Control Elevadores Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em quatro equipamentos de transporte vertical marca Montele e adequação da cabina do elevador privativo marca Montele – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemar Norte Leste S/A, tendo como objeto a prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC – Lote 1 – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 064/2008 – Pregão Eletrônico nº 058/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemar Norte Leste S/A, tendo como objeto a prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC – Lote 2 – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 064/2008 – Pregão Eletrônico nº 058/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemar Norte Leste S/A, tendo como objeto a prestação de serviços de provimento de conexão da Contratante ao Procon-Praça Sete – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 21 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 21 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 25/8/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembléia Legislativa referente ao mês de julho de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – FUNDHAB – referente ao mês de julho de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 31/7/2008, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003; 4ª) estabelece premissas e metodologia de cálculo para fins de estabelecimento da estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos termos do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Isso posto, a Mesa, através da Deliberação nº 2.427/2008, revoga dispositivo da Deliberação da Mesa nº 2.325, de 20 de novembro de 2002, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento dos servidores, ativos e inativos, da Assembléia Legislativa. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.428/2008, a Mesa altera a Deliberação nº 1.913, de 12 de julho de 2000, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Topac Business Solutions Tecnologia do Brasil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de cópias reprográficas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Ação Social de Pedra Azul, do Município de Pedra Azul, tendo como objeto a doação de dois microcomputadores, inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Ipatinga, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico à implantação do Projeto Câmara-Escola – parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Gesmaq Comércio e Serviços Ltda., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva em equipamentos gráficos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Sete Lagoas, tendo como objeto a cessão de tempo da programação da TV Assembléia à Câmara, mediante compartilhamento da grade de programação em certos horários – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Superview Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da Contratante, para a realização de reportagem, locução,

produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação – parecer favorável à revisão de preço decorrente de aumento salarial e concessão de abono, impostos pelas convenções coletivas de trabalho celebradas pelas categorias envolvidas no ano de 2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Lar do Idoso Dionísio Souza Santos, do Município de Santa Vitória, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Agostinho Patrus Filho – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Sebastião Helvécio – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, com o objetivo de se estabelecer uma parceria, visando ao desenvolvimento de ações destinadas à preservação e difusão de conhecimento histórico e cultural que venham a ser acordadas pelas partes – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Unibanco AIG Seguros S/A, tendo como objeto a contratação de seguro total para dezenove veículos, incluída a assistência vinte e quatro horas – parecer favorável à alteração do objeto contratual, com a inclusão de um veículo, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 1º de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, em 1º de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 1º/9/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.429/2008, altera o parágrafo único do art. 11 da Deliberação nº 2.333, de 4 de junho de 2003, que regulamenta a Resolução nº 5.212, de 9 de maio de 2003, que cria a Comissão de Participação Popular. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Província Carmelitana de Santo Elias, do Município de Belo Horizonte, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Remanescentes de Escravos e Quilombolas do Povoado de Veloso, do Município de Pitangui, tendo como objeto a doação de dois microcomputadores, inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Beneficente Jesus Pão da Vida – ABJPV, tendo como objeto a doação de dois microcomputadores, inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Tecnosys Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de instalação, desativação ou mudança de quarenta pontos mensais, da rede corporativa da contratante, sem fornecimento de materiais – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 052/2008 – Pregão Eletrônico nº 057/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo – parecer favorável à alteração nos valores das despesas de custeio a cargo da ALMG, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo – parecer favorável à alteração nos valores das despesas de custeio a cargo da ALMG, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Hely Tarquínio – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado José Henrique Lisboa Rosa – parecer pela aprovação, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Jardins Comércio de Plantas Ltda., tendo como objeto a execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema de irrigação automatizada e prestação de serviços de jardinagem nas dependências da Casa - parecer favorável à contratação, feita com base no Processo Licitatório nº 056/2008 – Pregão Eletrônico nº 050/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemar Norte Leste S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de conexão de dados, referente à conexão à Internet – parecer favorável à prorrogação, com ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 8 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 8 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 8/9/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.430, altera a Deliberação nº 2.396, de 28 de maio de 2007, que contém o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação e dispõe sobre a realização de licitações, incluindo a modalidade pregão e o Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Assembléia Legislativa. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.431, a Mesa estabelece os prazos de guarda, a destinação final e os procedimentos relativos à eliminação de documentos no âmbito da Assembléia Legislativa. Isso posto, a Mesa aprova a Deliberação nº 2.432, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, o requerimento de natureza administrativa do Deputado Arlen Santiago – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 15 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com a Deliberação da Mesa nº 2.396, de 28 de maio de 2007, resolve designar o servidor José Henrique Ribeiro Campos, para substituir o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Eduardo de Mattos Fiúza, durante seu impedimento legal, no período de 8 a 30 de setembro do corrente ano. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 10 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 10 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 28/7/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1º) dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório no período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de março de 2007, no âmbito da Assembléia Legislativa; 2º) dispõe sobre o quantitativo de convocações, a que se refere a Decisão da Mesa de 27 de agosto de 2007, para o período de agosto a novembro de 2008. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Manoel Vitório, do município de Pedras de Maria da Cruz, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação dos Moradores do Bairro Serrinha, do Município de Ouro Fino, tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Ipê Consultoria e Projetos Ltda., tendo como objeto a elaboração de levantamentos cadastrais, projeto de reforma e acompanhamento da implementação das redes hidrossanitária e pluvial do Palácio da Inconfidência – parecer favorável à contratação, resultante do Convite nº 003/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 4 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 4 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 21/8/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Fundação Getúlio Vargas, tendo como objeto a realização de curso de atualização, denominado Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais – parecer favorável à contratação, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado José Henrique – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 25 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 25 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 30/12/2008, as seguintes comunicações:

Da Deputada Elisa Costa, dando ciência de sua renúncia ao mandato a partir de 1º/1/2009 para assumir o cargo de Prefeita Municipal de Governador Valadares. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Paulo Cesar, dando ciência de sua renúncia ao mandato a partir de 1º/1/2009 para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Nova Serrana. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Roberto Carvalho, dando ciência de sua renúncia ao mandato a partir de 1º/1/2009 para assumir o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Luiz Tadeu Leite, dando ciência de sua renúncia ao mandato a partir de 1º/1/2009 para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Montes Claros. (- Ciente. Publique-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 30/12/2008, a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Públio Chaves, Prefeito Municipal eleito de Ituiutaba, comunicando que não ocupará a vaga de Deputado Estadual que lhe cabe como suplente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Ato da Presidência

Nos termos do art. 63, I, c/c o art. 50 do Regimento Interno, a Presidência convoca o Sr. Carlos Gomes Sampaio de Freitas, primeiro suplente da coligação A Força do Povo na Assembléia, para tomar posse como Deputado Estadual, a partir de 1º de janeiro de 2009, em virtude da vaga decorrente da renúncia do Deputado Roberto Carvalho para ocupar o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte.

Mesa da Assembléia, 30 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 63, I, c/c o art. 50 do Regimento Interno, a Presidência convoca a Sra. Maria Tereza Lara, terceira suplente da coligação A Força do Povo na Assembléia, para tomar posse como Deputada Estadual, a partir de 1º de janeiro de 2009, em virtude da vaga decorrente da renúncia do Deputado Luiz Tadeu Leite para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Montes Claros.

Mesa da Assembléia, 30 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 63, I, c/c o art. 50 do Regimento Interno, e em virtude da manifestação expressa do Sr. Públio Chaves de que não vai assumir o mandato, a Presidência convoca o Sr. Adelmo Carneiro Leão, quarto suplente da coligação A Força do Povo na Assembléia, para tomar posse como Deputado Estadual, a partir de 1º de janeiro de 2009, na vaga decorrente da renúncia da Deputada Elisa Costa para ocupar o cargo de Prefeita Municipal de Governador Valadares.

Mesa da Assembléia, 30 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 63, I, c/c o art. 50 do Regimento Interno, a Presidência convoca o Sr. Sérgio Lúcio de Almeida, primeiro suplente do Partido Democrático Trabalhista - PDT -, para tomar posse como Deputado Estadual, a partir de 1º de janeiro de 2009, em virtude da vaga decorrente da renúncia do Deputado Paulo Cesar para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Nova Serrana.

Mesa da Assembléia, 30 de dezembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/12/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando, a partir de 1º/1/09, Geraldo Pereira Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando José Raimundo Soares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Almir Paraca

exonerando, a partir de 5/1/09, Adriana Cristina Nascimento Souza do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Arnaldo Honorato Lourenço do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Cleide Aparecida Oliveira Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Edilberto Fernandes Pinto do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Flavia Stela Gonçalves Vieira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Israel José de Mendonça do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Lilian Assunção Torres do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Paulo Afonso Anacleto Torres do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 4 horas;

nomeando Aldair Fagundes Brito para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Arnaldo Honorato Lourenço para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Cristina Araújo Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Edilberto Fernandes Pinto para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Flavia Stela Gonçalves Vieira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Josivaldo Pereira da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Liane Barbosa Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Paulo Afonso Anacleto Torres para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas.

Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

exonerando, a partir de 5/1/09, Maria Aparecida de Souza do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

nomeando Débora Cristina Souza e Silva Canhestro para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas.

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando, a partir de 5/1/09, Geraldo Marcos Leite de Almeida do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Edgar Silva dos Anjos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Geraldo Marcos Leite de Almeida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Bráulio Braz

exonerando, a partir de 5/1/09, Anderson Vieira Fádel do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Claudinei Thomaz de Souza do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Janaina Andrade Goulart Paula do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, José Augusto Cabral Gonçalves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Marcos Antônio Ribeiro de Souza do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Nathália Aquino Sigiliano do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Waltencir Gontijo Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Anderson Vieira Fádel para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Darci Maria Braga da Cruz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Enio Lúcio Ferreira Costa para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Janaina Andrade Goulart Paula para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Luciano Ayres Furtado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Marcos Antônio Ribeiro de Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Murilo Evangelista de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Nathália Aquino Sigiliano para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Mosconi

exonerando, a partir de 1º/1/09, Elizabeth Silva Matos Barreto Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando José Dimas Araújo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

exonerando, a partir de 1º/1/09, Víctor Fernandes Cardoso do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando, a partir de 5/1/09, Aguiar de Barros Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Luiz Pereira Gontijo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

exonerando Bernardo Rodrigues Espindola do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Luiz Gonzaga Militão do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;

nomeando Regis Carlos de Faria para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Elisa Costa

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 30/12/08, que exonerou Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Ana Dalva Martins do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Ana Maria Barroca Werneck Leal do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Brasilino Moreira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Claudete da Costa e Freitas do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Cristina Araújo Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Edwy Gonçalves de Oliveira Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Fabio Fernandes Brasileiro do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Gilson Rodrigues da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, José Carlos Miranda do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, José Raimundo dos Santos do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Leônidas Gomes Pôrto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Marcos Luiz Assis do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Maria Lúcia de Azevedo do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Maria Teresa Vilas Boas de Paula do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Marta Pereira de Carvalho Rocha do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Martinha Jorge Moreira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Nagel Medeiros do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Oderige Rodrigues Borba do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Omir Quintino Soares do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Sara Letícia de Castro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Tarciso Cirino do Amaral do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eros Biondini

exonerando, a partir 5/1/09, Tiago Alves da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando, a partir 5/1/09, Thiago Magela de Carvalho do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Liza Bosco Nery para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Tiago Alves da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Zuleica dos Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Tadeu Leite

exonerando, a partir de 1º/1/09, Adalgisa Cely Alves Moreira Cesar do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Adriana Aparecida de Vasconcelos Chaves do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Antônio Carlos de Castro Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Antônio Eustáquio Simões Tolentino do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Antônio Márcio Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Arlinda Natalícia Rocha Maia do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Aroldo de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Aurea Cristina Alves Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Camilla Cristina Marcon do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Cecília Andrade Lopes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Dionísio Roberto Guimarães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Izabela Fajardo de Oliveira Diniz do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Joaquim Valdeci Revert Borborema do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Lorena Mourão Braga do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Marcia Tonini do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Marconi Fernando de Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Marilene Gonçalves dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Marília Gonçalves dos Santos Teixeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Noelio Francisco de Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Roberto Carlos Nunes do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Rosemiro Salgado Roque do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Vigacil Chaves do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/1/09, Waldemar Lorenzato Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Lúcia Mendonça

exonerando, a partir de 5/1/09, Antonio Trajano Vieira Cortez do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Eduardo Silva Melo do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Geronimo Liberato Vieira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Jorge Fabio do Nascimento do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Jorge Luiz Meireles de Melo do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, José Mario Dias Nascimento do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Luciana Barbosa de Andrade e Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Rogerio de Oliveira Brito do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Vinicius Machado Costa de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Wanubia de Sena Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando André Luis Pinto Vieira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Antonio Trajano Vieira Cortez para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Beatriz de Andrade para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Cecilia Maria Pereira de Carvalho Dias para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas;

nomeando Eduardo Silva Melo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Robson Rui Barbosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Wanubia de Sena Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Cesar

exonerando, a partir 1º/1/09, Amir Teixeira de Faria do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Andreia Palhares da Costa do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Carlos Mendes de Lima do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Carolina Cordoval Melo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Éderson Luís de Abreu Braga do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Edlaine Alves Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Gisélia Vasconcelos Bicalho Ramos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, José Eduardo Lopes Cançado do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Luciana Toledo de Souza do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Luiz Rodrigues de Barros do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Marcelo Rudyard Gonçalves Esteves do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Maria Cristina Jardim Vieira do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Maria Magdalena Santos Lucas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Mily Ane Moraes Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Nélia de Castro Mendes Faria do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Raquel Aparecida Cardoso Correia do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Silésio Mendonça do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Tasso José Lopes Cançado do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir 1º/1/09, Valéria de Castro Barbosa do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando, a partir de 1º/1/09, Ailton Mapa do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Aldeir Augusto Ferraz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Alexandre Gomes Vieira do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Ana Paula Matta de Castro Pinheiro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Aparecida da Consolação Nogueira Marotta do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Gislaine Ribeiro Costa do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Gislene Gonçalves dos Reis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Jeanne Carolina Corrêa da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, João Anacleto dos Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, José Domingos de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Lucia Helena Apolinária da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Marcos Pádua Diniz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Maria Celia de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Moisés Ramos da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Otávio Silva Camargo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Palowa Maria de Assis Mendes e Faria do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Paulo Cezar de Nazaré do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Vânia Silva Quintão do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando, a partir de 2/1/09, Adalberto João Giani do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Auri de Almeida Rodrigues do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Cícero Reis Soares do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Elizabete Alves Pereira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Geraldo Evangelista Cordeiro do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Geraldo Jeronimo da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Juliane Cristine Romualda Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Luis Guilherme Soares de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Marcelo Pereira Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Maria Isabel Lelo do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/1/09, Paulo Henrique Vilela Oliveira de Sá do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Cícero Reis Soares para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Daniel Pereira da Silva para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Elizabete Alves Pereira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Geraldo Evangelista Cordeiro para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Juliane Cristine Romualda Silva para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 5/1/09, Alba Valéria Figueredo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Daniella Almeida do Nascimento do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Gilberto de Assis Dias do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Rosália Rosa de Aguiar do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Daniella Almeida do Nascimento para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Gilberto de Assis Dias para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Karla Gomes Cezar Vieira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Luciano Antônio Mahmud Nedir para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Rosália Rosa de Aguiar para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando, a partir de 5/1/09, Cerúlea Perpétua Teixeira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Emanueli de Fatima Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Henrique Augusto Santiago Amaral do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Judas Tadeu da Silva Araújo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Marília Nunes de Souza Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/1/09, Vera Lúcia Braga Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Ediana Aparecida Lúcio Teixeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Eduardo Araujo Lopes Cançado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Emanueli de Fatima Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Ester Caetano de Oliveira Teixeira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Henrique Augusto Santiago Amaral para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Judas Tadeu da Silva Araújo para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Marília Nunes de Souza Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rosângela Poliana Oliveira Milagres para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Vera Lúcia Braga Coelho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 1º/1/09, Altair Mendes de Lima do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Márcia Vieira Pontes Vaz Gontijo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Philippe Pereira Nascimento Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Polianna Soalheiro Dupin do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 1º/1/09, Raquel Luane de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 5/1/09, Eder Paulista Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando, a partir de 5/1/09, Mônica da Consolação Ribeiro Rodrigues do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretária;

nomeando Marco Aurélio da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretária;

nomeando Maria Aparecida de Araújo Miranda para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Maria Cristina Jardim Vieira para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PT;

nomeando Valéria de Castro Barbosa para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 5/1/09, Enio Lúcio Ferreira Costa do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretária com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Claudinei Thomaz de Souza para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretária, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Reformalar Ltda. Objeto: manutenção corretiva e reforma de mobiliário. Objeto do aditamento: reajustamento de preço e prorrogação contratual. Vigência: 12 meses, de 2/2/2009 a 2/2/2010. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 (3.3.90.39).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Faxcom Comércio e Manutenção Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos de fac-símile. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação com manutenção do valor contratual. Vigência: 12 meses a partir de 11/2/2009. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2009 (3.3.90.39).

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2008

Objeto: renovação de assinaturas semestrais do jornal "Minas Gerais", sendo: 116 do Caderno I ("Diário do Executivo" e "Diário do Legislativo"); 2 do Caderno II ("Diário da Justiça") e do Caderno III (TRT), com vigência de 1º/1/2009 a 30/6/2009.

Em 30/12/2008 os Srs. Presidente e 1º-Secretário ratificaram, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a Inexigibilidade de Licitação nº 7/2008, adotada com base no art. 25, I, da mesma lei, bem como autorizaram a despesa em favor da empresa Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.